



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

165  
B

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO Nº 0287615-7

EMBARGANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A

EMBARGADO: EVERALDO CARLOS DA ROCHA

RELATORA SUBSTITUTA: JUÍZA VIRGÍNIA GONDIM DANTAS RODRIGUES

**APELAÇÕES CÍVEIS. SEGURO DPVAT. GRADUAÇÃO DA VERBA INDENIZATÓRIA CONFORME A EXTENSÃO DAS PERDAS ANATÔMICAS OU FUNCIONAIS. POSSIBILIDADE. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO NO VALOR DEVIDO. APENAS OS PAGAMENTOS FEITOS INTEMPESTIVAMENTE SUJEITAM-SE À CORREÇÃO MONETÁRIA. EMBARGOS ACOLHIDOS COM EFEITOS INFRINGENTES. DECISÃO UNÂNIME.**

1. In casu, considerando que o valor securitário devido ao embargado já foi integralmente pago pela via administrativa, e que apenas os pagamentos intempestivos sujeitam-se à correção monetária, o embargado não faz jus a qualquer quantia a título de complementação.
2. O §7º do art.5º da Lei nº 6.194/74, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.482, de 2007, dispõe que apenas os pagamentos feitos intempestivamente sujeitam-se à correção monetária. No caso vertente, observa-se que o embargado sequer alegou a ocorrência de qualquer tipo de atraso no pagamento da verba indenizatória, razão pela qual não faz jus à pretendida correção monetária.
3. Embargos de Declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para dar provimento ao recurso de apelação da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A para reformar a sentença vergastada, julgando-se improcedentes os pedidos autorais, com a conseqüente inversão do ônus da sucumbência. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

RM

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração nº 0006808-91.2011.8.17.0420 (0287615-7) em que figuram como Embargante SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A e como Embargado EVERALDO CARLOS DA ROCHA, ACORDAM os Desembargadores integrantes



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

---

da Quarta Câmara Cível, à unanimidade, em ACOLHER os Embargos de Declaração, dando-lhes efeitos infringentes, para dar provimento ao recurso de apelação no sentido de julgar improcedentes os pedidos autorais, com a conseqüente inversão do ônus da sucumbência. Tudo na conformidade do relatório e do voto, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar o presente aresto.

Recife, 02 de maio de 2013.

Juíza Virgínia Gondim Dantas Rodrigues  
Relatora Substituta



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

---

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

Embargos de Declaração em apelação nº 0287615-7

Embargante: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A

Embargado: Everaldo Carlos da Rocha

Relatora Substituta: Juíza Virgínia Gondim Dantas Rodrigues

**RELATÓRIO**

Cuida-se de Embargos de Declaração opostos ao acórdão de fls. 136/137, que negou provimento ao recurso de apelação interposto pelo réu, ora embargante.

De acordo com as alegações do embargante, o acórdão apresenta contradições, além de decisão ultra petita. Nestes termos, requer o acolhimento dos aclaratórios.

**VOTO:**

Têm os embargos declaratórios a finalidade de aclarar possíveis omissões, afastar contradições e dissipar obscuridades porventura existentes em quaisquer decisões em sentido amplo. Em regra, não impõem caráter substitutivo ou infringente à decisão embargada, possuindo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor.

Pois bem. Merece acolhida a irresignação do embargante, eis que, de fato, o julgado assentou-se em premissa equivocada, influente no resultado do julgamento, a comportar correção do erro (STF, 1ª Turama, RE 207.928-6 – Edcl). Nesta toada, de saída, registre-se que, na esteira da jurisprudência do STJ e do STF, a parte embargada foi intimada para impugnar os embargos de declaração com efeitos modificativos. Ocorre que o embargado deixou transcorrer o prazo legal *in albis*, conforme certidão de fls.159.

In casu, o juiz sentenciante julgou parcialmente procedente os pedidos iniciais, condenando a ré, ora embargante, ao pagamento da importância de 12,5% (doze e meio por cento) de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), corrigido monetariamente desde a entrada em vigor da Lei nº 11.482/2007 até a data do pagamento administrativo, descontado o valor de R\$1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) já recebido pelo



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

autor, a título de indenização por acidente de veículo, com juros de mora a partir da citação (Súmula 426 do STJ).

Ao que se vê, a decisão de 1º grau condenou o embargante apenas ao pagamento da correção monetária do valor pago administrativamente ao embargado. Esclareça-se que, consoante a Tabela criada pela Lei nº 11.945/09 (Anexo Único da Lei nº 6.194/74), a lesão do autor somente autoriza o pagamento de 12,5% (doze e meio por cento) de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), o que equivale a quantia de R\$1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), valor que já foi recebido administrativamente pelo embargado.

Neste perquirir, verifico que o pagamento administrativo foi feito de acordo com os ditames legais, observando todos os detalhes anteriormente expostos, donde se conclui que o autor não faz jus a qualquer verba a título de complementação.

Neste diapasão, ressalte-se que o §7º do art.5º da Lei nº 6.194/74, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.482, de 2007, dispõe que apenas os pagamentos feitos intempestivamente sujeitam-se à correção monetária. In verbis:

Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

(...)

§ 7º Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado. (grifo nosso)

No caso vertente, observa-se que o embargado sequer alegou a ocorrência de qualquer tipo de atraso no pagamento da verba indenizatória, razão pela qual não faz jus à pretendida correção monetária.

Portanto, considerando que o valor securitário devido ao embargado já foi integralmente pago pela via administrativa, e que apenas os pagamentos



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

---

intempestivos sujeitam-se à correção monetária, verifico que o autor não faz jus a qualquer quantia a título de complementação, de modo que a sentença hostilizada carece de reforma.

Com tais considerações, conheço e acolho os presentes embargos, dando-lhes efeitos infringentes, para correção do erro relativo a premissa equivocada de que partiu a decisão embargada, no sentido de: dar provimento ao recurso de apelação da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A para reformar a sentença vergastada, julgando-se totalmente improcedentes os pedidos autorais, com a conseqüente inversão do ônus da sucumbência.

É como voto.

Recife, 02 de maio de 2013.

*Virgínia Gondim*  
**Juíza Virgínia Gondim Dantas Rodrigues**  
**Relatora Substituta**